

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL:

ENFOQUES E AGENDA 

ELÓI MARTINS SENHORAS
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL:

ENFOQUES E AGENDA 

ELÓI MARTINS SENHORAS
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Políticas públicas no Brasil: enfoques e agenda

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas públicas no Brasil: enfoques e agenda /
Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-774-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.748220601>

1. Política pública. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 338.5

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O campo epistemológico das Políticas Públicas tem evoluído de modo incremental desde a década de 1950 até os dias atuais diante das pendulares tendências de *Big Government* a Estado Mínimo, como uma amálgama multidisciplinar que parte da leitura primordial da Ciência Política para absorver contribuições de outras áreas a fim de explicar e prescrever ações para a realidade da *res pública*.

Partindo de uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa no campo das Políticas Públicas, o presente livro tem o objetivo de analisar a realidade das ações governamentais brasileiras por meio de apenas quatro capítulos que foram estruturados por um plural recorte metodológico quali-quantitativo e em um paradigma eclético de fundamentos teóricos e conceituais.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por seis pesquisadores brasileiros com diferentes expertises no campo das Políticas Públicas, oriundos das regiões Sudeste e Norte do país, esta obra conjuga as contribuições oriundas de instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão, findando valorizar as análises e debates dentro de uma perspectiva multidisciplinar.

À luz da conjugação de diferentes recortes teórico-metodológicos, as discussões apresentadas neste livro proporcionam ao leitor a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade brasileira, por meio da oferta de uma ótica multidisciplinar e multitemática enraizada no plural campo epistemológico das Políticas Públicas.





Em razão das discussões levantadas e dos resultados apresentados após um marcante rigor metodológico e analítico, o presente livro caracteriza-se como uma obra multidisciplinar recomendada para um amplo público de potenciais leitores, ao conciliar teoria e prática a partir de uma didática abordagem sobre a realidade da agenda e dos enfoques das políticas públicas brasileiras.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de potenciais leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados pelo campo das Políticas Públicas.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE ESTADO, SOCIEDADE CIVIL, CANAIS DE MEDIÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE E POLÍTICAS PÚBLICAS Virgilius de Albuquerque  https://doi.org/10.22533/at.ed.7482206011	
CAPÍTULO 2	16
DEBATES SOBRE OS PADRÕES ÉTICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA Elói Martins Senhoras Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras  https://doi.org/10.22533/at.ed.7482206012	
CAPÍTULO 3	28
CICLO DE REFORMAS E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: NEOLIBERALISMO E DÉCADA DE 1990 DO SÉCULO XX João Felipe Nascimento Francisco  https://doi.org/10.22533/at.ed.7482206013	
CAPÍTULO 4	35
POLÍTICAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE CONTABILOMÉTRICA DAS LICITAÇÕES REALIZADA EM MANAUS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 Alessandro Bandeira de Oliveira Paulo Vitor Jordão da Gama Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.7482206014	
SOBRE O ORGANIZADOR	50
ÍNDICE REMISSIVO	51

CAPÍTULO 3

CICLO DE REFORMAS E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: NEOLIBERALISMO E DÉCADA DE 1990 DO SÉCULO XX

Data de aceite: 01/01/2022

João Felipe Nascimento Francisco

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Educação da Universidade São Francisco –
USF
Itatiba/SP
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7732686629308782>

RESUMO: O presente artigo tem por objeto discutir como o neoliberalismo influenciou as políticas públicas de ensino superior no Brasil, em especial depois da década de 1990, após a reforma da concepção e gestão de Estado ocorrida no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso, que criou um modelo tecnicista e gerencial das políticas públicas no Brasil, de acordo com as diretrizes de organismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Educação Superior; Neoliberalismo.

CYCLE OF HIGHER EDUCATION REFORMS AND POLICIES: NEOLIBERALISM AND THE 1990S OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: This article aims to discuss how neoliberalism influenced public higher education policies in Brazil, especially after the 1990s, after the reform of the conception and management of the State that took place in Brazil during the Fernando Henrique Cardoso government, which created a model technical and managerial of

public policies in Brazil, in accordance with the guidelines of international organizations such as the World Bank and the International Monetary Fund.

KEYWORDS: Public Policies; Higher Education; Neoliberalism.

1 | INTRODUÇÃO

Diante das mudanças ocorridas na concepção do Estado, as políticas públicas na educação – em especial no ensino superior – também foram impactadas pelo avanço da ideologia neoliberal que varreu o mundo, especialmente após o fim do Estado do bem-estar social, desmontado pela primeira-ministra Margaret Thatcher, de 1979 a 1990. Além disso, ocorreu o fim do bloco soviético, que apresentava forte intervenção estatal em vários aspectos da vida pública, notadamente no planejamento e na direção da economia, e, por consequência, dos programas sociais. O presente texto visa comentar a relação entre neoliberalismo e educação no Brasil.

2 | O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O neoliberalismo (já chamado até de ultraliberalismo) teve como base o liberalismo clássico de Adam Smith (1723-1790), que preconizava o *laissez-faire*, *laissez-passer* (“deixai fazer, deixai passar”), com a defesa da

ideia de que o individualismo e a competição entre os indivíduos, sem a participação do Estado, provocariam um equilíbrio social, baseado na liberdade individual. Se o liberalismo clássico de Smith é fruto da luta contra uma sociedade monárquica e absolutista, quando a ideia de liberdade individual preconizou a estrutura do liberalismo econômico, o neoliberalismo é resultado principalmente do término da Segunda Guerra Mundial, que destrói a economia global, e é implantado na Inglaterra em combate ao Estado do bem-estar social.¹

Friedrich August Von Hayek, autor de o *Caminho da Servidão*, obra Nobel de Economia de 1974, é apontado como principal mentor do neoliberalismo. Nessa obra, o autor faz duras críticas ao modo de intervenção estatal: segundo ele, o Estado estava lesando a liberdade individual e a liberdade econômica dos cidadãos. De acordo com Anderson (1995), o igualitarismo promovido pelo Estado do bem-estar social trazia risco para liberdade econômica e malefícios para a vitalidade econômica. Em resumo: pregava-se que a desigualdade social era um valor positivo para o avanço econômico e para a prosperidade social.

Para o autor, o ponto de ressurgimento das ideias neoliberais é a chegada da crise econômica do capitalismo em 1973: a forte recessão econômica, alinhada às taxas elevadas de inflação e baixo crescimento jogaram por terra o bem-estar social, e os defensores do neoliberalismo culpavam a forte intervenção estatal no mercado e nas relações de trabalho, fruto das pressões dos sindicatos da época. A solução, para os neoliberais, era remodelar o significado e a função do Estado: ele deveria ser a mão forte para romper o poder dos sindicatos, diminuir os gastos sociais, não intervir na economia de mercado e buscar a sonhada estabilidade monetária.

O receituário neoliberal para alcançar a estabilidade monetária seria o restabelecimento de uma reserva de mercado, ou seja, mais trabalhadores desempregados para minimizar a força dos sindicatos e, por consequência, diminuir salários e gastos com o bem-estar social. Essa desigualdade social seria o modal para um novo período de crescimento econômico; por consequência, diferentemente do liberalismo clássico e em contradição ao bem-estar social, o Estado permaneceria forte apenas para garantir o bom ambiente do mercado, solidificando e aumentando o poder do mercado – em suma, o mercado se beneficiaria do Estado como garantidor de sua existência, de sua lucratividade e, em especial, da desigualdade social.

3 | O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Esse receituário neoliberal que inicia na Inglaterra chega na América Latina com a

¹ Estado de bem-estar social, ou welfare state, é um modelo de governo no qual o Estado se compromete a garantir o bem-estar econômico e social da população. O Estado de bem-estar social também é chamado de Estado-providência, pois nele o governo adota medidas ativas para proteger a saúde e o bem-estar geral dos cidadãos, especialmente aqueles em necessidade financeira (GANEM, 2012).

ditadura de Augusto Pinochet e, no Brasil, tardiamente, apenas no início da década de 1990, com o governo de Fernando Collor de Mello, em 1989. Filgueiras (2006) afirma que o Brasil foi último país a aderir ao neoliberalismo. Vários elementos contribuíram para essa adesão tardia do Brasil: o mesmo autor indica uma forte mobilização social no campo político, através das mobilizações de parte da Igreja Católica, do poder de mobilização da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e até mesmo da criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, o Brasil vivia uma ebulição social e política com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o retorno dos civis ao Poder, após o fim do ciclo da ditadura cívico-militar no Brasil.

Todavia, a crise econômica do governo Sarney (1985-1989), com alta inflação, baixo crescimento econômico e o fracasso do Plano Cruzado (1986/1987), criou um clima favorável entre as elites nacionais para a defesa da ideia de que o novo modelo para o crescimento econômico seria o neoliberalismo. Esse conceito foi elevado como discurso do então candidato à presidência do Brasil, Fernando Collor de Mello: na campanha da eleição de 1989, ele pregava um liberalismo radical, com abertura da economia, privatizações e uma subordinação da economia nacional ao sistema financeiro internacional, conforme preconizava o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial por meio do chamado Consenso de Washington – recomendação internacional que recomendava o seguinte receituário econômico para o crescimento da América Latina: combate ao poder dos sindicatos, diminuição do papel do Estado na economia, aumento indiscriminado da privatização das empresas estatais, flexibilização da legislação trabalhista, redução da carga fiscal e abertura do comércio nacional para a importação dos produtos internacionais.

Para além do poder político e econômico das elites na adesão ao neoliberalismo, segundo Filgueiras (2006), a chave deste modelo econômico se encontra no fato de o neoliberalismo ser uma ideologia de modelo de vida, mesmo que os modelos econômico e político não tragam benefícios para grande massa de trabalhadores. O discurso do modelo neoliberal de liberdade individual, crescimento econômico, possibilidade de riqueza para todos os indivíduos e, principalmente, de combate aos gastos estatais, de supostos privilégios do funcionalismo público e privatização de empresas estatais, ganha apoio e ressonância mesmo nas classes mais pobres e no seio da classe trabalhadora, impedindo e dificultando um novo modelo social e garantindo a implantação de modelos econômicos que privilegiam os cortes de investimentos em áreas sociais com base em um discurso meramente tecnicista.

Essa adesão ao pensamento neoliberal leva, nas duas primeiras eleições pós-ditadura no Brasil, à vitória de projetos neoliberais: Collor, em 1989 e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, em 1994 – quem de fato implementa e aprofunda uma reforma do Estado e modifica o modelo de compreensão definição dos seus rumos, em especial nas áreas sociais. A educação também é afetada por isso, em especial o ensino superior. Segundo Dourado (2002), essa defesa ideológica da reforma do Estado é baseada no

discurso de modernização e racionalização dos custos financeiros e dos gastos sociais, como forma de adaptação aos modelos de globalização, com a diminuição da chamada máquina estatal e privatização de bens e serviços, acabando, assim, com o chamado assistencialismo estatal e transferindo os meios de produção e serviços para a iniciativa privada.

Nesse novo modelo de Estado, com a reforma aplicada por Bresser Pereira (ministro da Administração Federal e Reforma do Estado do governo FHC) nos anos 90 do século XX, as atividades do Estado são divididas em exclusivas e não exclusivas do Estado. Incluem-se no modelo gerencial de serviços não exclusivos a educação, a saúde e a cultura, ou seja, é permitido à iniciativa privada atuar com amplitude em setores essenciais à sociedade, notadamente de serviços sociais, como educação e saúde. Isso significa um novo marco na educação, pois permite novos modelos de gestão e de privatização de setores educacionais, como elenca Dourado (2002). Essa reforma fere inclusive os direitos conquistados pela Constituição de 1988, pois as áreas sociais elencadas de direitos são transformadas em “bens consumíveis”; sendo assim, a questão financeira e o poder de compra do cidadão é o que dirá quais bens ele poderá consumir, alterando a luta por direitos sociais para a luta pelo poder de compra, ampliando a ideologia neoliberal e alterando a visão de mundo e de lutas dos indivíduos e de suas aspirações sociais.

Diante desse conceito mercadológico de direitos, os organismos internacionais, através do FMI e do Banco Mundial, também fizeram suas indicações seguindo o citado Consenso de Washington, quais sejam, a indução de que as áreas sociais – em especial, a educação – também deveria ser racionalizada, com custos racionalizados e gerencialismo, seguindo e sendo ofertadas não como direitos sociais, mas como bens de consumo, que devem ser comprados pelos indivíduos, conforme o seu poder aquisitivo.

Conforme elenca Dourado (2002), existe uma profunda alteração na educação, com viés neoliberal, com o binômio privatização e mercantilização da educação. Assim, a educação deveria ter um caráter utilitarista; a produção do conhecimento, pesquisa e ensino deveria seguir uma lógica de mercado e ser orientada pelo mercado, logo, o produto educação deveria ter um viés econômico, produzir conhecimentos palpáveis ao mercado e que contribuíssem para a economia. Portanto, a gestão da educação seria mais voltada ao gerenciamento de recursos educacionais, e não mais ao pensamento, de modo central, do projeto pedagógico educacional no Brasil. A lógica, então, passa a ser pensar e produzir com vistas a maneiras de gerenciar os recursos financeiros da educação, sendo o projeto pedagógico um desenrolar de como o recurso seria racionalizado para a área educacional, diante de um Estado que faria uma indução ao mercado e, principalmente, à privatização do setor.

A lógica do Banco Mundial – e uma de suas principais orientações no sentido de racionalizar os custos e obter da educação um caráter utilitário – está em centralizar forças apenas na educação básica, pois a prioridade em apenas uma etapa do processo educativo

promove uma desregulação e impede um projeto educacional pelo qual se compreenda o direito à educação desde a chamada educação infantil até o ensino superior. A prioridade na educação básica é referendada pela LDB/1996 (BRASIL, 1996), que não trata do ensino superior como uma responsabilidade do Estado, bem como trata a educação básica como mero vetor de formação para o mercado, enfatizando a lógica de uma educação bancária – termo criado por Paulo Freire para criticar o modelo educacional capitalista em que o conhecimento é depositado nos alunos apenas com viés de formação de mão de obra barata para o mercado, conforme suas demandas econômicas.

Com a prioridade da educação básica em um modelo no qual não se permite produzir conhecimentos desgarrados da economia, e com o ensino superior não sendo tratado como responsabilidade e como direito a ser ofertado pelo Estado, resta então a mercantilização desta etapa educacional. Ademais, em relação ao documento do Banco Mundial (1995) “Ensino Superior: Lições da Experiência”, Dourado (2002) elenca os principais tópicos da linha ideológica e das recomendações que os organismos internacionais e o mercado traziam para educação: a) privatização do ensino superior; b) estímulo à implantação de novos modelos de gestão, com apoio financeiro da iniciativa privada; c) estímulo de recurso público para potencializar e incrementar a iniciativa privada; d) redução de custos de atividades-meios da educação, como moradia e alimentação; e) diversificação do ensino superior, com a permissão de instituições de ensino superior (IES) não ligadas à pesquisa e extensão.

As orientações trazidas pelo Banco Mundial são notadas na LDB/96, em que pese a principal legislação educacional ter trazidos inúmeros avanços e garantias para a educação. No que tange especificamente ao ensino superior, a legislação traz modificações no sentido da possibilidade de descentralização e flexibilização do ensino superior. Além disso, traz novos processos de avaliação e de controle, fatores estes notadamente gerenciais, que seriam colocados em prática posteriormente com os provões do governo FHC e com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que iniciou em 2004, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de medir o desempenho dos alunos que estão concluindo a graduação no ensino superior. Tais provas, em conjunto com as avaliações dos cursos de graduação e com as avaliações institucionais, são os instrumentos avaliativos para medir a qualidade dos cursos no ensino superior.

4 | POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA ATUALIDADE

O ensino superior no Brasil segue firmemente o modelo indicado pelo Banco Mundial, mesmo após o rompimento político do término do governo FHC. Com o início dos governos petistas, o modelo do ensino superior permanece o mesmo: o aumento exponencial de criação de novas instituições de ensino superior, desconectado da anterior indissociabilidade do ensino-extensão e pesquisa, mas mormente tecnológicas e voltadas

ao mercado, bem como os programas de massificação do ensino superior, são custeados pelo recurso público voltado para iniciativa privada, com financiamento de vagas e bolsas para as entidades privadas.

Fato é que o neoliberalismo tardio que chega ao Brasil no início da década de 1990 tem seu ápice na reforma do Estado efetivada no governo FHC, que alterou de modo brutal a forma de gerenciar os antes chamados direitos sociais. Para o sistema mercadológico de gerência, essa reforma desenrola na educação a prioridade da chamada educação básica, mas com viés de formação mercadológica. Somam-se a inércia e silêncio proposital a respeito do ensino superior, o que permite e potencializa o papel da iniciativa privada como principal responsável por esta etapa do ensino, possibilitando, assim, o caráter economicista e tecnicista neoliberal na educação, pois minimiza a atuação estatal. Conforme essa lógica, o Estado e os governos de ocasião são meros administradores na elaboração de legislações que permitam a atuação do mercado no ensino superior.

Evidente que tais avanços neoliberais na educação são alcançados, conforme já elencado, com a massificação do discurso ideológico da necessidade de minimizar os custos do Estado e priorizar as ações individuais – com a ideia de meritocracia, do empreendedorismo individual e da educação apenas como um bem de consumo, que pode ser alcançado somente por uma parte da sociedade, o que mantém a desigualdade econômica, social e principalmente de oportunidades. O neoliberalismo torna esse cenário demasiadamente adverso em algo natural e salutar dentro do sistema, e permite que se consolide o pensamento de que o ensino superior de fato não é para todos da cadeia social. Isso cria um ambiente em que alguns têm a possibilidade de alçar novos voos acadêmicos através da meritocracia e de sua capacidade financeira, criando, inclusive, uma diferenciação entre instituições de ensino superior: instituições de qualidade atendendo um público com capacidade financeira maior, e instituições de ensino com qualidade duvidosa para o atendimento a determinado público, conforme sua capacidade financeira.

Os impactos do neoliberalismo dos anos 1990 no ensino superior são sentidos e explicitados até os dias atuais. A prioridade de cursos com potencial econômico e voltados ao mercado permanece, pois são bem-vistos socialmente em decorrência de cursos ligados à pesquisa. Já cursos cujos impactos financeiros e de lucratividade de modo contábil não podem ser mensurados são tratados com pouco investimento público, bem como relegados aos indivíduos que com baixa capacidade financeira, ou seja, o indivíduo efetivamente fará o curso que conseguir pagar. Esse movimento gera o ciclo neoliberal desde a concepção do ensino superior até seu fim: não é uma ação com vistas à educação, mas totalmente consumerista e mercadológica, voltada para a iniciativa privada, e sufocada, sucateada no setor público enquanto política social de efetivação de direitos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205 p.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, D.C.: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 out. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Revista Educação e Sociedade**, 80, 2002.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.

In: **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**.

BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9.

GANEM, Angela. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, nov. 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 10, 12, 36, 38, 47

Administração pública 4, 9, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 36, 38, 39, 47, 49, 50

Agentes públicos 16, 23, 24, 25, 35, 37

Aparelho do estado 14

Associações 1, 5, 6, 7, 9

Atores societais 1, 2, 12, 13

B

Banco mundial 28, 30, 31, 32, 34, 36, 38

Brasil 2, 4, 8, 13, 14, 16, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49

Burocracia 4, 7, 8, 9, 10

C

Classes sociais 4, 5, 9, 14

Código de ética 24, 25

Comissões de ética 25

Compliance 38, 47

Compras públicas 35, 36, 37, 38, 39, 42, 46, 48

Constituição federal 22, 23, 30

Contratos 36, 43

Controle externo 24, 49

Controle interno 25

Corrupção 9, 27, 36, 37, 39, 40, 41, 46, 47, 49

Covid-19 4, 35, 36, 37, 41, 43, 45, 46, 48

D

Direito 5, 8, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 32

E

Economia política 1, 2, 12, 13, 15

Educação 4, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 50

Ensino superior 28, 30, 32, 33

Estado 3, 4, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 41, 43, 46, 47, 49

Ética 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 37, 38

F

FMI 30, 31

G

Governabilidade 6, 8, 38, 39, 48

Governança 4, 1, 10, 23, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 48, 49

Governo 3, 4, 7, 9, 11, 13, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 46, 47

Grupos de interesse 4, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

I

Improbidade 24, 27

Instituições 3, 2, 4, 6, 9, 13, 14, 32, 33, 36, 38

Interesse público 18, 22, 23, 27, 37

Interesses 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 23

J

Juspositivismo 17, 19

L

Lei 24, 26, 27, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48

Lei de Newcomb-Benford 35, 37, 40, 45, 46

Licitação 41, 46, 48

M

Manaus 4, 35, 43, 46

Máquina pública 16, 22, 23, 26

Mediação 4, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 13

Moral 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26

N

Negócios públicos 2

Neoliberal 28, 29, 30, 31, 33

Neoliberalismo 4, 28, 29, 30, 33, 34

P

Padrões éticos 4, 16

Pandemia 4, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46

Partidos políticos 5, 6, 7, 9

Políticas públicas 2, 3, 4, 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 28, 29, 32, 35, 37, 47, 50

Pregões eletrônicos 35, 37, 41, 43, 44, 45, 46

Prestação de contas 12, 24, 36, 37, 39

Princípios 18, 19, 22, 23, 24, 25, 35, 36, 37, 38, 39, 46

Privatização 30, 31, 32

R

Reforma do Estado 15, 31, 34, 47

Responsabilidade 24, 27, 32, 36, 39

S

Servidores públicos 24

Setor público 33, 36, 37, 38, 49

Sociedade civil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 39, 40

T





Transparência 24, 36, 37, 38, 39, 40, 46

V

v 16, 17, 21, 26

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL:





ENFOQUES E AGENDA 

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora
Ano 2021

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL:

ENFOQUES E AGENDA 

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora
Ano 2021